



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638808 - SC (2021/0002446-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : THIAGO SILVA BELISARIO
ADVOGADO : THIAGO SILVA BELISÁRIO - DF048461
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : WELLINGTON CARLOS NEU
CORRÉU : JOAO VICTOR DOS SANTOS CUNHA
CORRÉU : JOHN D'AVILLA NEVES FERNANDES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WELLINGTON CARLOS NEU em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0002833-09.2015.8.24.0135/SC).

O paciente foi absolvido da imputação do crime previsto no art. 121, § 2º, II e IV, do CP, com fundamento no art. 386, VI, do CPP. Ao apreciar a apelação interposta pela acusação, o Tribunal de origem anulou a sentença, determinando a realização de novo julgamento.

O impetrante sustenta que há flagrante ilegalidade na anulação da decisão do Tribunal do Júri, o que, em seu entender, viola a soberania dos veredictos. Aduz que não pretende o reexame de fatos e provas, “mas somente o reconhecimento de que a existência de testemunhas indicando a autoria e materialidade não indica que o julgamento absolutório tenha sido contrário às provas dos autos” (fl. 12).

Requer, liminarmente, que se suspenda a realização de novo Tribunal do Júri, até o julgamento definitivo do presente *writ* e, no mérito, que seja cassado o acórdão do Tribunal de origem, que determinou a submissão do paciente a novo julgamento, restabelecendo-se a decisão absolutória.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente